

OS POSICIONAMENTOS SOBRE MESTIÇAGEM NO BRASIL NOS TEXTOS REFERENTE ÀS COTAS RACIAIS NAS REVISTAS *VEJA* E *ÉPOCA*

Delton Aparecido Felipe, Departamento de História, Universidade Estadual de Maringá- PR, Brasil.

Contato: ddelton@gmail.com

RESUMO

Este artigo problematiza os posicionamentos sugeridos nas Revistas *Veja* e *Época*, sobre a mestiçagem brasileira nas reportagens que tratam e focam as cotas raciais publicadas no período de 2003 a 2010. Nesse período encontramos 36 artigos, que têm sua formação discursiva construída em torno das cotas raciais, destes 8 textos tem o seu núcleo discursivo na relação cotas raciais e miscigenação brasileira e os seus efeitos sobre identidade nacional. No decorrer da análise constatamos que o conceito de raça é entendido como um critério estritamente biológico, negando a sua dimensão social. A negação da raça enquanto um conceito social está baseada na lógica de que, não havendo raças, não existem desigualdades raciais. Assim, as revistas sugerem que as políticas públicas voltadas para a população negra, baseadas na categoria raça, são incoerentes, podendo levar a conflitos e animosidades entre os grupos sociais que vivem no território brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Cotas Raciais. Mestiçagem. Revistas *Veja* e *Época*



INTRODUÇÃO

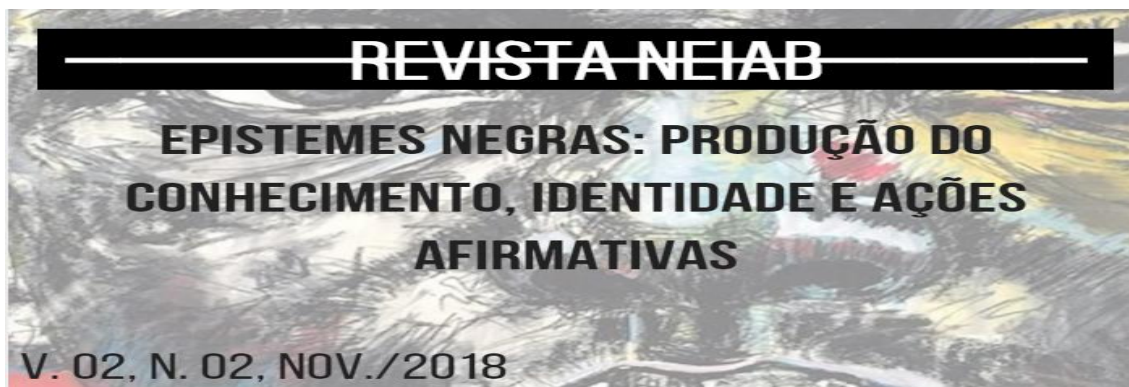
O Decreto 4.876 que estabelece o Programa Diversidade na Universidade, assinado pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em 12 de novembro de 2003, foi uma das reivindicações do Movimento Negro, direcionada à população negra. O artigo primeiro estabelece que este Programa, “[...] inserido no âmbito do Ministério da Educação, tem a finalidade de implementar e avaliar estratégias para a promoção do acesso ao ensino superior de pessoas pertencentes a grupos socialmente desfavorecidos, especialmente dos afrodescendentes e dos indígenas brasileiros”. (BRASIL, 2003). Com a aprovação desse decreto, as universidades públicas e privadas têm autonomia para adotar a política de cotas raciais em seus vestibulares.

O debate em torno da validade, ou não, da política de cotas raciais para inserir alunos negros e alunas negras no ensino superior utilizando o critério racial causaram impactos sociais e opiniões divergentes entre os que concordavam e os que discordavam dessa política pública. Os debates sobre as cotas raciais foram pautadas pelas mídias sociais como as revistas.

Ao tratarmos as revistas como uma mídia social podemos afirmar que ela edita o mundo de forma sintética e sua narrativa explica e oferece um sentido e um significado aos fatos. Para atrair seu público, utilizam-se do encanto das cores, da seleção de fotografias perfeitas e dos títulos chamativos que oferecem articulações e análises das informações oriundas da televisão, do jornal, do rádio e da internet. Assim, as revistas contribuem para a permanente necessidade de informação, que é uma das características fundamentais da Sociedade do Espetáculo (KELLNER, 2004).

A escolha das revistas *Veja* e *Época*, atende os seguintes critérios: São revistas classificadas como informativas e possuem circulação semanal e nacional. Na classificação do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em seu site¹, são as duas maiores revista de circulação semanal do país.

¹ Disponível em: <www.ivc.org.br>. Acesso em: 25 out. 2013.



Com base neste pressuposto, procuramos problematizar a seguinte questão norteadora: **Quais os posicionamentos sugeridos pelas Revistas *Veja* e *Época* sobre a mestiçagem brasileira nos textos que tratam sobre cotas raciais?** Para responder esta questão, realizamos uma busca nas revistas *Veja* e *Época*, na versão digital² do período de 2003 a 2010. Localizamos 726 revistas e, nestas, encontramos 36 textos que têm sua formação discursiva construída em torno das cotas raciais. Neste artigo, discutiremos os textos que, em sua formação discursiva, articulam cotas e raça; cotas raciais e mestiçagem; cotas raciais e sucesso³. Optamos pelo ano 2003 como marco inicial do mapeamento por ser o ano da aprovação do Decreto 4.876 até 2010, quando o decreto completou sete anos para verificar qual o arquivo discursivo construído sobre as cotas raciais pelas revistas.

Para analisar esses textos, procuramos ultrapassar a superfície dos textos, fazendo reflexões históricas, sociais e políticas entre os discursos e as práticas sociais vinculadas a estes discursos. Foucault (1986, p. 56) recomenda “[...] não mais tratar os discursos como conjuntos de signos, elementos significantes, que remetem a conteúdos ou a representações, mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que se falam”. Entendemos que os discursos sobre as políticas de cotas raciais estão ancorados em uma lógica de valorização da população negra brasileira, chamada de ações afirmativas.

A MESTIÇAGEM COMO FOCO NO DISCURSO DE *VEJA* E *ÉPOCA*

A raça, como um critério para elaboração de políticas públicas no Brasil, parte do pressuposto que conceito de raça não é uma categoria historicamente estável. Em um país que teve sua organização social baseada no ideal de um único povo, adotando as

² As revistas *Veja* e *Época* possuem a versão digital de suas revistas disponíveis para os assinantes com as mesmas características da versão impressa.

³ Esse recorte foi necessário, pois esse texto deriva de uma pesquisa maior de doutoramento que tinha por objetivo discutir os posicionamentos sugeridos das revistas *Veja* e *Época* sobre a educação da e para a população negra brasileira.



características desse povo como um sinal de civilização, a discussão do conceito de raça se torna imprescindível para entender as marcas do governo⁴ da população negra e sua educação no discurso de *Veja* e *Época*. O discurso da mestiçagem, em oposição ao discurso de raça, é recorrente nos textos que se propõem a discutir as políticas de cotas raciais. Dessa forma, analisar as formações discursivas sobre a raça e a mestiçagem na sociedade brasileira implica em compreender “[...] qual o seu significado, como é usada, por quem, como é mobilizada no discurso público e qual o seu papel nas políticas sociais mais amplas e na política educacional – tudo isso é contingente histórico” (APPLE, 2000, p.42).

Nos textos de *Veja* e *Época* sobre cotas raciais, os discursos que emergem das práticas sociais legitimam determinados saberes e outros saberes são desvalorizados, produzindo, assim, um embate de forças e de formações discursivas. Nessa perspectiva, o conceito de raça e de mestiçagem serve como dispositivo de poder que os *experts* das revistas utilizam para abordar a adoção das cotas raciais que favorece a entrada da população negra em espaços sociais como as universidades.

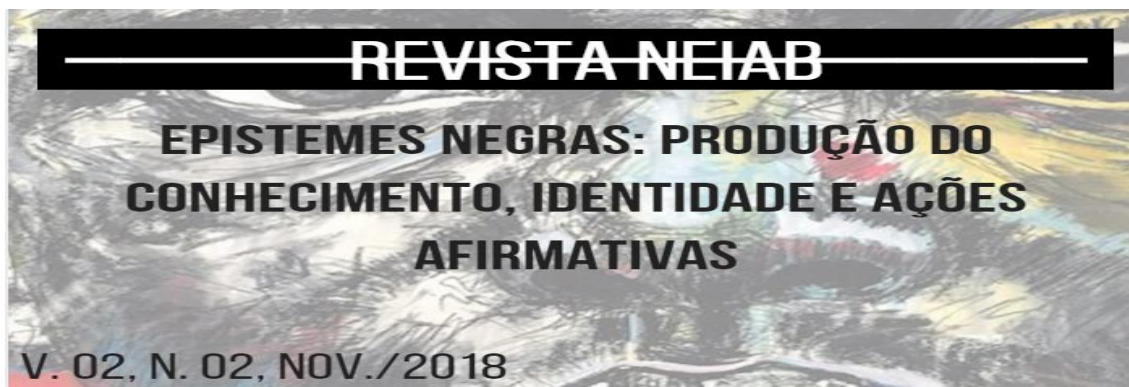
Quadro 1 – Cotas e raça.

Nome do texto	Autor	Categoria	Data	Revista
Haverá conflitos	Ricardo Mendonça	Reportagem	26/06/2003	<i>Época</i>
Convite ao ódio racial	Alexandre Oltamori	Reportagem	12/07/2006	<i>Veja</i>
As armadilhas do racismo	Leandro Loyola	Reportagem	05/09/2009	<i>Época</i>

Fonte: Textos mapeados nas revistas *Veja* e *Época* sobre a população negra, de 09/01/2003 a 09/01/2010.

No texto **Haverá conflito**, reportagem de Ricardo Mendonça, publicado na revista *Época* em 26/06/2003, há uma entrevista com o historiador Roberto Martins, um dos poucos acadêmicos que conhece a realidade dos negros brasileiros porque

⁴ **Governo**, conforme Veiga-Neto (2000), significa o poder que se exerce e é exercido para administrar as condutas, a si e ao outros.



pesquisou esta temática na maior parte de sua carreira. Ricardo Mendonça afirma que Roberto Martins “[...] defende a política brasileira de cotas - mesmo acreditando que elas acirrarão conflitos. E propõe uma solução polêmica para o problema do branco que se declara negro para se beneficiar da cota: comissões de julgamento de raça” (MENDONÇA, ÉPOCA, 26 jun. 2003, s/p.). Na entrevista, Martins afirma que

[...] até hoje a sociedade brasileira se recusa a discutir o racismo, pois continua presa ao mito da democracia racial: a falsa idéia (*sic*) de que no Brasil não há discriminação [...] sem a cota, os negros não estão entrando. Na Universidade de São Paulo, os negros são apenas 1,3% dos 39 mil alunos. Isso é irrisório em um país onde 45% da população é negra” (MENDONÇA, ÉPOCA, 26 jun. 2003, s/p.).

O historiador Roberto Martins destaca que o movimento negro nunca foi levado a sério e a política de cotas raciais para o acesso ao ensino superior enfrenta reclamações de outros grupos sociais que são contrários a esta política.

[...] Cota é o aspecto mais polêmico da ação afirmativa. Se alguém propuser celebrar a contribuição do negro para a cultura ou criar um memorial Zumbi, ninguém reclama. Quando alguém faz ação afirmativa de verdade, há reações. [...] ao comparar salários de brancos e negros com a mesma escolaridade constata-se que os negros ganham menos, o que denuncia a discriminação. Nunca vi um indicador em que o negro estivesse pelo menos empatado com o branco. Está sempre pior. O único em que há aproximação é o do acesso ao ensino fundamental, apenas porque, nesse caso, o país está próximo da universalização (MENDONÇA, ÉPOCA, 26 jun. 2003, s/p)

O conceito de raça é complexo porque é um conceito polissêmico. Foi utilizado historicamente como forma de segregar e separar os grupos humanos, referenciado no argumento de que os humanos eram divididos biologicamente em raças inferiores e superiores. Isso justificou a categorização e a inferiorização de grupos como negros, índios e judeus. O conceito de raça, evocado nas políticas de cotas é um conceito que foi construído dentro de uma trama social de determinado momento histórico, e não é um objeto que pode ser medido como se fosse uma entidade biológica (SILVÉRIO, 2003).



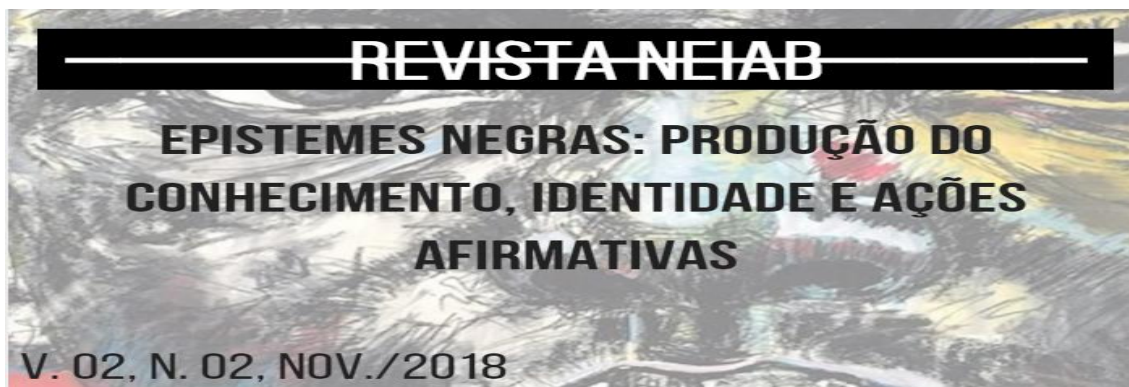
O conceito raça remete a uma “construção, um conjunto inteiro de relações sociais. Isso infelizmente não impede as pessoas de falar de raça de um modo simplista que ignora como as realidades se diferenciam historicamente em termos de poder” (APPLE, 2000, p. 42). Assim, um dos primeiros pontos a entender é que o conceito de raça, utilizado pelas ações afirmativas, não evoca diferenças biológicas e sim diferenças sociais que se construíram nas dinâmicas raciais que operam de modo sutil e poderoso no cotidiano das pessoas e se traduzem em práticas sociais discriminatórias no cotidiano da população negra brasileira.

O conceito de raça permite uma revisitação de como foi organizada a sociedade brasileira e visualizar como a cultura negra e outras culturas não brancas foram deixadas fora do projeto nacional, em busca de um ideal de modernidade. O texto **Convite ao ódio racial**, do jornalista Alexandre Oltramari, publicado na *Veja* em 12/07/2006, aborda a entrega de manifestos, assinados por intelectuais e líderes do Movimento Negro aos líderes de Brasília em defesa do que Otramari chama de Lei de Cotas. O jornalista afirma que essa lei

[...] terá conseqüências temíveis como a instituição do racismo no país, além de pisotear a constituição tratando negros e brancos de forma desigual, a idéia de definir direitos com base na raça é um disparate científico e um equívoco histórico. [...] a única raça aceita hoje pelos cientistas é a ‘raça humana’ (OLTAMORI,VEJA, 12 jul. 2006, p. 64).

Para esse jornalista, existe um problema prático: como definir quem é branco e quem é negro numa sociedade miscigenada e multicultural? Ele afirma “que tratar um assunto complexo como panfleto político só vai produzir fumaça e desigualdade [...] a Lei de cotas produzirá conflito racial, se a insanidade prevalecer” (OLTAMORI,VEJA, 12 jul. 2006, p. 64).

Por outro lado, “do ponto de vista cultural ou simbólico, um dos aspectos fundamentais de nossa sociedade tem sido o racismo, que como tudo indica, origina-se



no eurocentrismo brasileiro, que consiste nas normas que privilegiam os traços associados com o fato de ser branco” (SILVÉRIO, 2003, p. 66). Isso leva à inferiorização dos sujeitos não brancos. A categoria raça, como categoria histórica, permite problematizar as desvantagens que estruturam as desigualdades sociais e culturais entre negros e brancos, mas também coloca em revisão parte da história do Brasil que tem no conceito de mestiçagem o dispositivo de coesão nacional.

A mestiçagem, em sua origem, está associada ao determinismo racial europeu, vinculada ao conteúdo biológico, utilizado no Brasil pela teoria do branqueamento no final do século XIX. Nas análises sociológicas de Gilberto Freyre, por volta de 1930, construiu-se a imagem do brasileiro como um povo único, o mestiço, descolando a discussão da existência de raças para os discursos de que os humanos são formados por uma única raça, a raça humana (SILVA, 1997).

A argumentação de que não existem raças e que somos constituídos pela raça humana se insere no que Foucault (2008) chama de normatização das sociedades modernas, baseadas no biopoder

Discurso da raça (a raça no singular) foi uma maneira de inverter essa arma, de utilizar seu gume em proveito da soberania conservada do Estado, de uma soberania cujo brilho e cujo vigor não são agora assegurados por rituais mágico-jurídicos, mas por técnicas médico-normalizadoras. (FOUCAULT, 2008, p. 95).

Nesta passagem, Foucault relata a mudança dos discursos dos Estados em torno da raça, se no século XIX foi utilizado o discurso da variedade de raças como forma de categorizar e hierarquizar os grupos humanos, no século XX, o discurso utilizado seria o da não existência de raças como forma de apaziguar os grupos outrora marginalizados e manter o projeto do Estado-nação.

No Brasil, a negação da raça está baseada na lógica de que, não havendo raças, não existem desigualdades raciais, assim, as ações afirmativas, baseadas na categoria raça, são incoerentes, podendo levar a conflitos e animosidades entre os grupos sociais



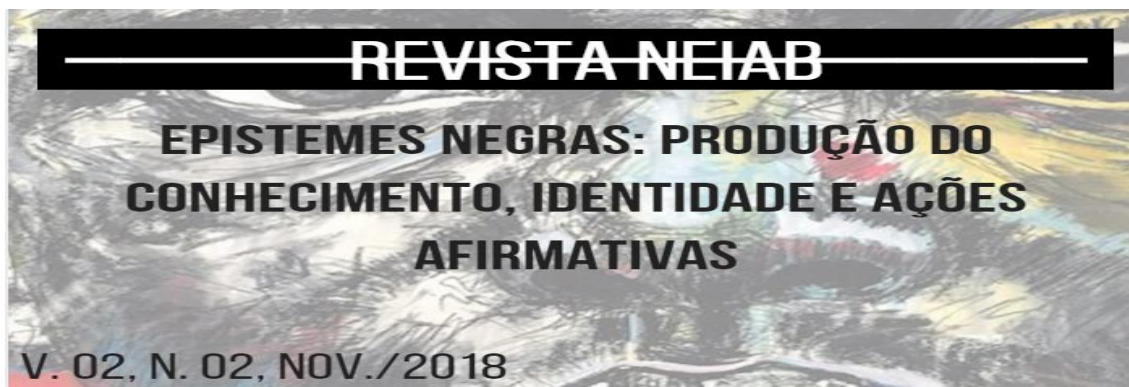
que vivem no território brasileiro. Nesse sentido, a culpa das desigualdades entre os grupos sociais repousa na própria desigualdade social, “quando não nos indivíduos que dentro de uma ordem liberal, são vistos como incapazes de obter sucesso em mundo em competição” (VIEIRA, 2003, p. 89).

O texto **As armadilhas do racismo**, de Leandro Loyola, jornalista, publicado por *Época* em 05/09/2009, apresenta o livro **Uma gota de sangue: História do pensamento racial, do** sociólogo Demétrio Magnoli, lançado pela Editora Contexto em 2009. Magnoli narra a história do racismo e as tentativas de se criar formas de compensação às injustiças provocadas por leis racistas, concluindo que todas deram errado. Loyola afirma que Magnoli sabe narrar com competência a história desse fenômeno repulsivo, presente no cotidiano há milhares de anos, e continua argumentando que

[...] no momento em que o Senado discute uma lei para introduzir as cotas raciais no acesso à universidade, Magnoli ajuda a entender que esse tipo de lei costuma gerar mais problemas do que resolve. [Na afirmação Magnoli] as cotas introduzem na lei uma prática discriminatória e alimentam sentimento de revanche e ressentimento racial. Nas memoráveis palavras do juiz John Roberts, da Suprema Corte Americana: O modo de deter a discriminação com base em raça é parar de discriminar com base em raças (LOYOLA, ÉPOCA, 05 set. 2009, s/p⁵).

A raça em sua dimensão social torna-se um elemento de tensão da narrativa oficial da história brasileira que difunde a ideia de que somos formados pelo cruzamento dos diversos povos, por isso somos um povo mestiço. Nega que a racialização tem sido um dado constitutivo das relações sociais no Brasil. Isto é, “ela não é invenção de nenhum movimento social ou de intelectuais, sua aparição no espaço público deve ser medida não apenas pelas manifestações pacíficas e construtivas de

⁵ Os excertos dos textos da revista *Época* utilizados nesses textos estão sem numeração de página, pois a versões online utilizadas na pesquisa apesar de manter o mesmo conteúdo da versão impressa, as páginas não estão numeradas.



grupos negros, mas sim pelo domínio da branquitude perene de uma elite dominante” (SILVÉRIO, 2003, p. 70).

Para Apple (2000) e Giroux (1999), não é de se estranhar que, à medida que ocorre o descentramento das narrativas discursivas dominantes, a dominação busca retornar o discurso nacionalista para a integração dos vários grupos, mas sempre sob tutela dos ideários dos arquitetos da modernidade, o homem branco europeu. O que se manifesta nas práticas sociais dos enunciados: ‘somos todos mestiços’; ‘de que não tem como saber quem é branco e quem é negro no Brasil’.

Quadro 2 – Cotas raciais e mestiçagem

Nome do texto	Autor	Categoria	Data	Revista
Em honra da alma mestiça	Roberto Pompeu de Toledo	Coluna	06/09/2006	<i>Veja</i>
Eles querem desmiscigenar o Brasil	Cintia Bosato e José Edward	Reportagem	04/04/2007	<i>Veja</i>

Fonte: Textos mapeados nas revistas *Veja* e *Época* sobre a população negra, de 09/01/2003 a 09/01/2010.

O texto **Em honra da alma mestiça**, do colunista Roberto Pompeu de Toledo, publicado pela *Veja* em 06/09/2006, alerta que instituir cotas nas universidades para alunos negros ou mestiços é assunto complicado. O colunista argumenta que

[...] não dá para negar a existência do preconceito racial no Brasil, não dá para negar que nascer em lar bem fornecido é meio caminho para passar no vestibular, até aqui os argumentos a favor das cotas são coerentes. No entanto ele esbarra em uma “amarga realidade: como definir quem é negro? Quem é mulato? Quem é branco. Essas classificações engessam os grupos em entidades separadas e irreduzíveis entre si e alimentam mútua hostilidade. [...] No Brasil tudo é uma mistura, uma miscelânea e se for para atacar o privilégio que seja por cotas por renda ou por escola pública não por cor da pele (TOLEDO, VEJA, 06 nov. 2006, p. 138).

A mestiçagem racial é um fenômeno social realmente existente em nosso país em função das misturas incentivadas por defensores das teorias de branqueamento, baseadas na ideia de que o branco, por ser gene dominante, ao se misturar com o negro,



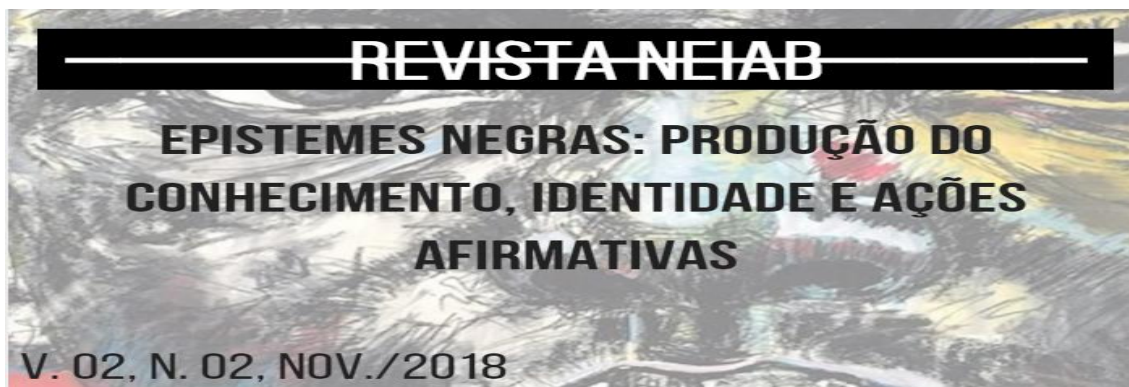
gene recessivo, levaria aos poucos ao desaparecimento deste último. A miscigenação se tornou, a partir da década de 1930, política essencial na formulação da identidade nacional,

Nesse contexto, a mestiçagem não é um fenômeno natural, isto é, ela é um discurso social que por meio de dispositivo de poder forjou corpos e mentes dentro de um padrão europeu. Mesmo com o discurso de aceitação da população negra e da população indígena no caldinho racial, a mestiçagem é tutelada por padrões europeus do que deveria ser a população brasileira. O Brasil teria ancestrais negros e indígenas, no entanto, para se encaixar no padrão de beleza e não ser alvo de racismo deveria parecer branco.

A jornalista Cinta Borsato e o professor de comunicação social, José Edward, são os responsáveis pelo texto **Querem desmiscigenar o Brasil**, publicado na *Veja* em 04/04/2007. Eles argumentam que

A Ministra Matilde Ribeiro da Promoção da Igualdade Racial nomeada em 2003 tem em sua tarefa uma peculiaridade em um país fortemente miscigenado, onde mazelas sociais se sobrepõem a diferenças raciais, é muito difícil, se não impossível, definir quem integra qual raça e quais etnias devem receber proteção do Estado (BORSATO E EDWARD, VEJA, 04 abr. 2007, p. 60).

O discurso do miscigenado é adotado atualmente nas narrativas dos grupos dominantes como forma de construir uma cilada da diferença, utilizando o argumento de que somos multiculturais em nossa formação e não dá para saber quem é negro, quem é branco ou índio. Nesse discurso, “nós”, miscigenados, difundidos pelas revistas e utilizados pelos que buscam a manutenção da identidade nacional, não considera a destruição e a inferiorização histórica da experiência e das memórias de uma parcela do povo brasileiro.



A MESTIÇAGEM COMO DISCURSO DA UNIDADE NACIONAL

O discurso sobre a mestiçagem, utilizada como forma de manutenção das identidades nacionais dominantes, tem implicações profundas tanto do ponto de vista político quanto cultural, pois a utilização desse discurso dentro da manutenção da identidade nacional tem cumprido papel histórico, colaborando para a manutenção dos padrões europeus no Brasil. O discurso da mestiçagem utilizado nas revistas *Veja* e *Época* despolitiza a cultura negra como um espaço de resistência às políticas dominantes e inibem as manifestações dos grupos que sofreram os efeitos da racialização do final do século XIX e início do século XX, que deixaram marcas na estrutura social brasileira e no cotidiano da população negra e não negra na atualidade.

A invisibilidade do negro é decorrente de uma representação social que o ‘apaga’, porque nós, no Brasil, não temos negros, somos todos mestiços, ao mesmo tempo, as práticas discriminatórias e racistas cotidianas são banalizadas, porque no pós-abolição nunca tivemos segregação legal (SILVÉRIO, 2003, p. 70).

Esse discurso se organiza na prática pelo não reconhecimento dos negros, identificando todos como mestiços ou morenos, ou, quando reconhece, atribui, aos próprios negros, a sua condição de outro carente de habilidades e competências exigidas para a mobilidade social no mundo moderno. Além disso, responsabiliza a escola como espaço para que a população negra desenvolva competências para o seu desenvolvimento, focalizando a questão social como prioritária e muitas vezes não vinculando com desigualdades raciais a situação social do sujeito da negritude.

É necessário olhar a nossa sociedade com os olhos do presente, não retificando os discursos de integração nacional a partir da tutela de um grupo sobre outro que constitui um ‘nós’ artificial, como é da mestiçagem no Brasil. “A política da branquidade tem sido enorme e, por vezes, terrivelmente eficiente na formação de coalizações que unem as pessoas, atravessando diferenças culturais, relações de classe e de gênero” (APPLE, 2000, p. 40).



A história da população negra brasileira na atualidade mantém relações com outros períodos da história do país e entendê-la exige um esforço teórico e prático para perceber como essas marcas do presente foram formuladas no passado e como os conceitos carregam em si essas marcas históricas. Temos a consciência de que utilizar a categoria de raça como categoria histórica significa entender o racismo como uma construção histórica, utilizado muitas vezes pelo Estado para submeter os grupos sociais ao seu poder, o que gera discursos de opressão e resistência.

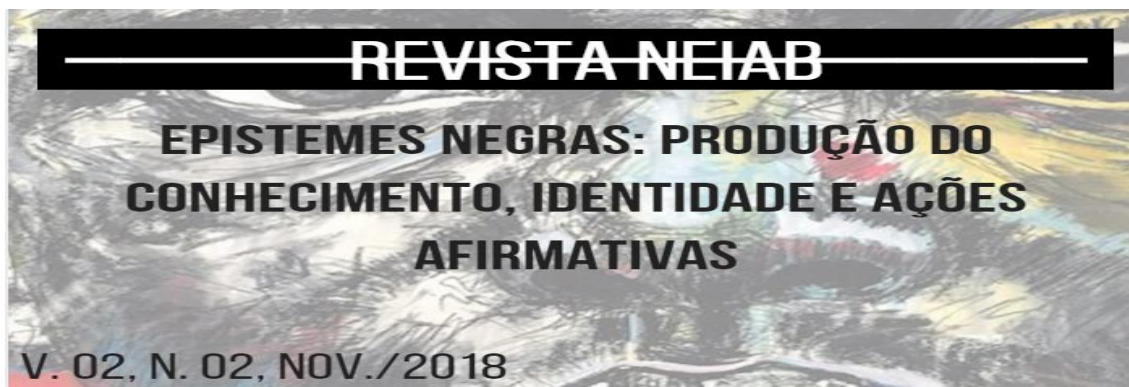
Quadro 3 – Cotas raciais e divisão do Brasil

Nome do texto	Autor	Categoria	Data	Revista
Contra o mito da nação bicolor	Jerônimo Teixeira	Reportagem	16/08/2006	<i>Veja</i>
Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a UnB este é branco e este é negro.	Rosana Zakali e Leoleli Camargo	Reportagem	06/06/2007	<i>Veja</i>
Queremos dividir o Brasil como na foto?	Diogo Schelp	Reportagem	02/09/2009	<i>Veja</i>

Fonte: Textos mapeados nas revistas *Veja* e *Época* sobre a população negra, de 09/01/2003 a 09/01/2010.

O texto **Contra o mito da nação bicolor**, do jornalista Jerônimo Teixeira, publicado em *Veja* de 16/08/2006, divulga o livro **Não somos racistas**, lançado por Ali Kamel, diretor executivo de jornalismo da Rede Globo. Nessa reportagem, o jornalista Teixeira faz o seguinte comentário sobre o posicionamento de Kamel em seu livro:

[...] as ações afirmativas são uma resposta irracional para um problema fictício, o engano fundamental das políticas raciais estaria em considerar que a sociedade brasileira é constitutivamente racista. Existe racismo, mas ele não é dado predominante na cultura nacional e não conta com aval nenhuma instituição pública. [...] negros, pardos e brancos só sairão da pobreza por forças políticas que incluam a todos especialmente com investimento consistente na educação. [...] que as políticas raciais debatidas hoje tiveram início na década de 1950 por cientistas sociais como Florestan Fernandes e ganhou uma continuidade canhestra no governo Lula, o que poderá levar os miscigenados a dividirem-se em brancos e negros (TEIXEIRA, VEJA, 16 ago. 2006, p. 126).



O racismo, utilizado na construção dos Estados modernos, está diretamente ligado “ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2008, p. 307). Nesse plano, raça e racismo no Brasil são categorias políticas porque estabelecem as posições que cada grupo social ocupou na formação de nossa nacionalidade. Implica rever como as narrativas de brasilidade foram construídas e quais as marcas que elas deixaram no cotidiano de cada grupo.

O racismo faz parte da história brasileira e deixou marcas institucionais, ainda presentes na representação do negro, na literatura, na mídia e em diversos outros artefatos culturais que retratam a formação populacional. Essas marcas institucionais do racismo e da discriminação racial no Brasil, na argumentação de Rossato e Gesser, (2001, p. 11), têm sua formação histórica, no geral, associada à experiência do branqueamento na sociedade brasileira. “A branquitude se define como uma consciência silenciada quase incapaz de admitir sua participação provocante em conflitos raciais que resistem, assim, em aceitar e a relacionar-se com a experiência dos que recebem a violação e o preconceito”. Essa consciência silenciada ou experiência branca pode ser definida como uma forma histórica de consciência nascida das relações capitalistas e leis coloniais, hoje compreendidas como relações emergentes entre grupos dominantes e subordinados. “O padrão europeu no tecido social brasileiro demarca concepções ideológicas, práticas sociais e formação cultural, identificadas com e para brancos como de ordem branca e, por consequência, socialmente hegemônica” (ROSSATO; GESSER, 2001, p. 12).

No Brasil, o racismo está vinculado a uma forma de amnésia social, associada a certos modos de subjetividade que são percebidos como normais, como as hierarquizações de grupos sociais com base em suas características físicas. Nessa perspectiva, a experiência de outros grupos raciais é descaracterizada como de seres humanos e, por consequência, é percebida como indicadora de desajustes no contexto de humanidade. O encontro com o ‘outro’, definido por esse sistema como índio, escravo,



preto, negro, nomenclaturas estabelecidas para justificar a inferioridade, a invisibilidade e a coisificação, permitiu aos colonizadores europeus perceberem a branquitude como uma representação de identidade e ponto de referência para legitimar a distinção e a superioridade, assegurando, assim, sua posição de privilégio.

Os jornalistas Rosana Zakabi e Leoleli Camargo são *experts* que escreveram o texto: **Eles são gêmeos idênticos, mas segundo a UnB este é branco e este é negro**, publicado na *Veja* em 06/06/2007. O texto relata a história dos irmãos gêmeos, Alex e Alan Teixeira da Cunha, que são gêmeos idênticos e, ao se inscreverem no vestibular da Universidade de Brasília (UnB), pela política de cotas, um foi considerado negro e outro não. Os jornalistas argumentam que esse fato prova os perigos de se classificar as pessoas por critério racial e argumentam que

[...] o sistema de cotas raciais nas universidades foi uma promessa de campanha do presidente Lula em que o mérito acadêmico fica em segundo plano, [...] o sistema de cotas oficializa o racismo no Brasil, construindo um país dividido em raças. [...] essas políticas têm potencial explosivo porque se assentam numa assertiva equivocada, de que a sociedade brasileira é essencialmente racista, o racismo não conta com aval público, pelo contrário é punido por lei (ZAKALI E CAMARGO, VEJA, 06 jun. 2007, p. 83).

Para os jornalistas Zakabi e Camargo, o fato de existir um enorme contingente de negros e de negras pobres no Brasil resulta de circunstâncias históricas, não de uma predisposição da população branca para impedir a ascensão social da população negra na sociedade e argumentam que

[...] o preconceito racial existe, mas existe também um histórico de convivência amigável, de aceitação das diferenças raciais, religiosas e culturais que representam um patrimônio a ser aperfeiçoado. Por que não progredir nesse caminho em vez de dividir a sociedade em raças estanques? (ZAKALI E CAMARGO, VEJA, 06 jun. 2007, p. 86).



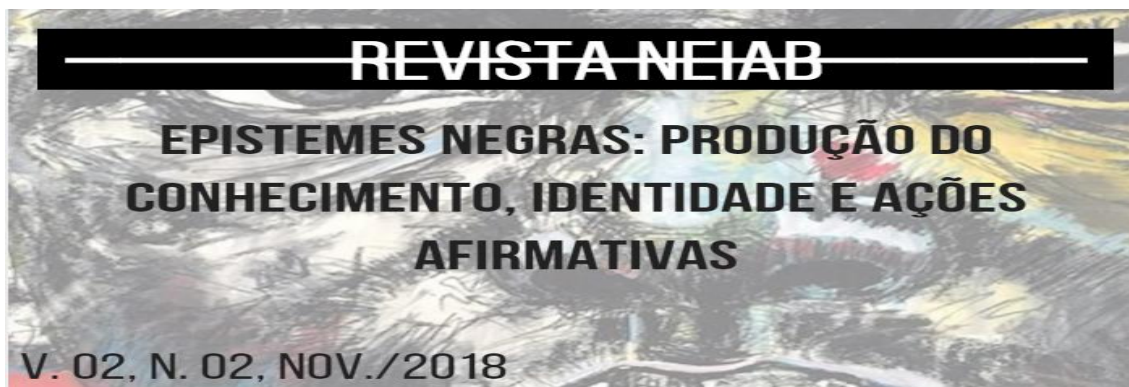
A adoção das cotas raciais para inserção da população negra está assentada no pressuposto de que os grupos sociais na história brasileira foram tratados de maneira diferente, considerando características que estão inscritas em sua corporalidade e sua história.

Esse pressuposto coloca sobre questionamento o discurso da unidade nacional baseado na miscigenação do povo brasileiro. No Brasil, afirma Hofbauer (2003), a miscigenação surgiu como forma de eliminar o sangue negro considerado degenerescente, o mestiço representava uma integração dos grupos étnico-raciais diferentes, no entanto, essa interação ficaria sob a tutela da branquitude. A singularidade do racismo brasileiro é a negação da cor, e, como argumenta Kaercher (2005), cor e raça estão intrinsecamente ligadas para determinar quem é negro no Brasil.

O resultado mais visível das políticas de branqueamento e da mestiçagem no tecido social é a constituição de imaginário social que expressa inúmeras tonalidades de cores de pele, como forma de se distanciar cada vez a população brasileira da raça negra. Schwartz (2000) relata que, em 1976, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao realizar uma pesquisa em domicílio, constatou que os brasileiros atribuíram 136 cores diferentes a si, estabelecendo uma tonalização do preto ao branco.

A noção de cor substituiu oficialmente as raças. Através do contínuo de cor, a maior parte da população com alguma ascendência africana continuou a não se classificar como negra (ou preta), mas sim como branca ou mestiça, para que emprega uma grande série de denominações em que prevalece a cor morena, designação que se dava originalmente ao branco de cabelos escuros e tez mais escura. Essa forma de classificar racialmente mantém intacta a estereotipia negativa dos negros, mas elimina desta categoria a maior parte dos mestiços que justamente por isso, continuam a ter auto-estima perseguida por estes estereótipos (GUIMARÃES, 1999, p. 107).

No Brasil, a raça, além de ser um conceito social, está ligada à cor da pele da sua população e não ao fluxo genético entre as populações originalmente diferentes. O grau de mestiçagem é medido de acordo com as categorias de classes sociais, de gênero, de

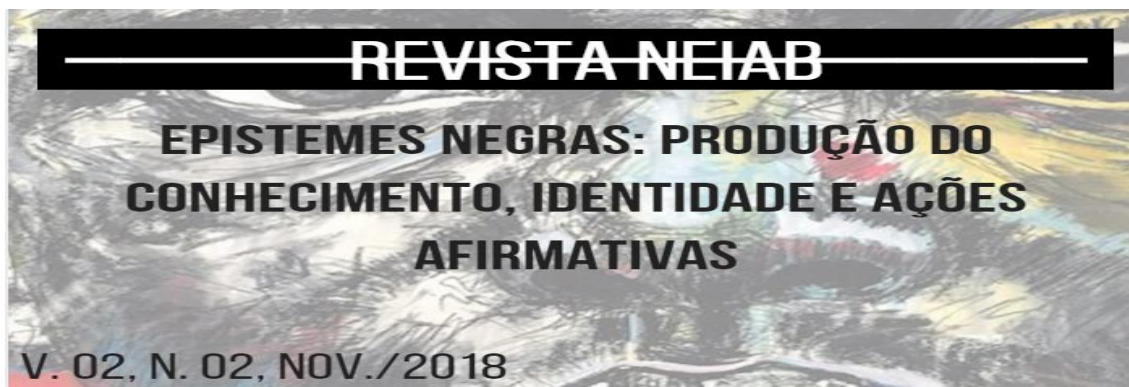


nacionalidade, entre outros. Isso se comprova nas pesquisas que apontam os negros sempre em posições de desvantagem econômica e social, mas não é explicável apenas pela história de escravidão, porque continuou sendo alimentado em todos os tempos, em competições sociais, na educação, na saúde, na luta pelo emprego (KAERCHER 2005).

Essas discriminações insurgem contra os negros, acumulando essa posição de desvantagem. No entanto, essa realidade é vista em grau diminutivo pelas lentes daqueles que sempre negaram a existência de racismo no Brasil. Autores como Gilberto Freyre, Raymundo Nina Rodrigues e outros defendem as teorias de mestiçagem no Brasil, estabelecendo comparações com países, onde a segregação racial é declarada, como os Estados Unidos. Lá há uma fronteira que separa negros e brancos, independentemente da cor da pele. O que conta é a linhagem de sangue: “Países tais como os Estados Unidos ou a África do Sul podemos perceber a existência de uma ‘linha de cor’, que separa brancos de não-brancos, não interessando para tantos as nuances cromáticas apresentadas pelos indivíduos” (KAERCHER, 2005, p. 108).

No Brasil, a democracia racial levou a uma aparente invisibilidade da questão racial num contexto discursivo mais amplo. Uma das estratégias para se atingir essa invisibilidade era a representação dos grupos raciais por meio do uso de uma ampla gama classificatória de cor. Nascimento (2003) descreve essa representação como aquela que leva em conta os critérios de natureza puramente estética, sendo a cor um signo da celebração da mistura de raças, em que a noção de origem étnica ou racial não teria um papel e, portanto, não estimularia o racismo e a discriminação. Nascimento denomina essa forma de desracialização ideológico-discursiva de “sortilégio da cor”.

O texto: **Queremos dividir o Brasil como na foto**, do jornalismo Diogo Schelp, publicado por *Veja* em 02/09/2009, apresenta o livro **Uma Gota de Sangue**, de Demétrio Magnoli. Schelp escreve que Magnoli, intrigado com o avanço da política de cotas para a população negra no Brasil, investigou a raiz dessas medidas afirmativas. E conclui que,



As atuais políticas de cotas derivam dos mesmos pressupostos clássicos sobre raça que embasaram, num passado não tão distante, a segregação oficial de negros e outros grupos. A diferença é que, agora, esse velho pensamento assume o nome de multiculturalismo – a idéia de que uma nação é uma colcha de retalhos de etnias que formam um conjunto, mas não se mistura. É o racismo com nova pele (SCHELPEL, VEJA, 02 set. 2009, p. 97).

Schelp ainda afirma que o autor de **Uma Gota de Sangue** alerta para o que ocorre quando um Estado se mete a catalogar a população segundo critérios raciais com o objetivo de, a partir deles, elaborar políticas públicas. Isso cria conflitos políticos e rancor, inclusive nas situações em que as leis tentam beneficiar um grupo antes segregado.

O discurso da impossibilidade de identificação de quem é negro no Brasil, como uma das dificuldades para efetivar a política de cotas raciais, pautado no enunciado de que somos todos mestiços, é questionado e problematizado neste texto. A exclusão ocorre em diversos setores sociais, como por exemplo, no mundo do trabalho, “que exige profissionais de boa aparência, boa aparência que raras vezes é vista na corporeidade negra, devido à cor de pele e tipo de cabelo” (HANSEBALG, 2005, p. 23).

Entendemos que a discussão proposta pelas políticas de cotas não levará à divisão do Brasil, mas possibilitará a compreensão do projeto de brasilidade que desenvolveu a ideia de fusão das raças como uma estratégia utilizada para manter, mais uma vez, a identidade unificada, tendo o homem branco europeu como um padrão almejado. Ao utilizar o conceito de raça, somado ao conceito de cor, percebe-se que a mestiçagem foi e é utilizada no Brasil de forma dúbia: se for entendida como branqueamento, ela é tida como positiva; se for compreendida como o perigo de enegrecimento, é tida como nefasta. Ou seja, a identidade nacional, tendo como base as teorias sociológicas que emergem no pós-abolição e o questionamento das bases da



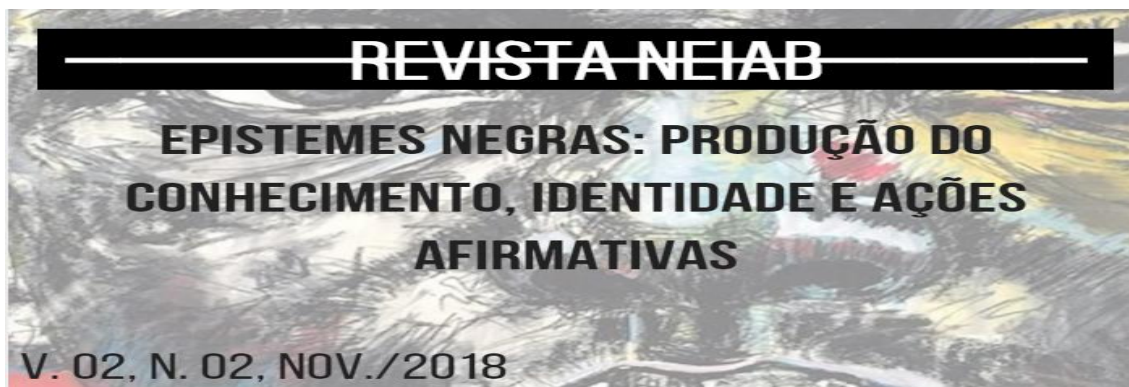
antropologia biológica para explicar as diferenças humanas, tenta absorver o negro e o mestiço no sonho de uma nação branca.

Sobre a questão racial, Carone (2003) relata que os descendentes de africanos no Brasil usam uma gama detalhada de cores para se identificarem. Esses nuances de cores diferentes, mais claras ou mais escuras, compiladas nesses estudos recentes, apontadas por Sodré (2000), sugerem um desejo de se passar por “miscigenado”, porque o discurso naturalizado indica que quanto mais a pessoa se aproxima de uma nuance mais clara da cor negra, mais ela está próxima da cor branca e, conseqüentemente, da condição humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As revistas *Veja* e *Época* sugerem em seus textos que enfocam a mestiçagem que a inserção da população negra nas universidades utilizando o critério da raça, ela opõe o conceito de raça ao conceito de mestiçagem. No decorrer dos textos analisados constatamos que conceito de raça é entendido como um critério estritamente biológico, negando a sua dimensão social. A negação da raça enquanto um conceito social está baseado na lógica de que, não havendo raças, não existem desigualdades raciais. Assim, as revistas sugerem que as políticas públicas voltadas para população negra, baseadas na categoria raça, são incoerentes, podendo levar a conflitos e animosidades entre os grupos sociais que vivem no território brasileiro.

No nosso entender o conceito de raça, suscitado nas políticas de cotas, expressa a singularidade do racismo brasileiro, que é a discriminação de cor, pois o discurso da mestiçagem não abandona o sonho do branqueamento, ao contrário, significa a perpetuação desse sonho na cultura nacional, acreditamos que a problematização de como do discurso sobre a mestiçagem é essencial para pensar a justiça social entre os grupos raciais no Brasil.



REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. Consumindo o outro: branquidade, educação e batatas fritas baratas. In: Marisa Vorraber Costa (Org.) **Escola básica na virada do século: cultura, política e educação**. 2. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

BOSATO, Cintia e EDWARD, José. Eles querem desmicigenar o Brasil. **VEJA**, ed. 2002, 04 abr. 2007, p. 60-61.

BRASIL, Decreto nº 4.876, de 12 de novembro de 2003: Dispõe sobre a análise, seleção e aprovação dos Projetos Inovadores de Cursos, financiamento e transferência de recursos, e concessão de bolsas de manutenção e de prêmios de que trata a Lei nº 10.558, de 13 de novembro de 2002, que instituiu o **Programa Diversidade na Universidade**. Brasília, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana**. Brasília, MEC/Secad, 2004.

CARONE, Iray; NOGUEIRA, Isildinha. Baptista. Faíscas elétricas na imprensa brasileira: a questão racial emoco. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida (Org.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p. 163-180.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FOUCUALT, Michael. **Em defesa da sociedade**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GIROUX: Henry. Por uma pedagogia da branquidade. **Cadernos de Pesquisa** nº107 julho 1999. p.97-132.